

COMUNICAÇÃO DE
PROGRESSO 2010

PACTO GLOBAL



CARIMBO GLOBAL

6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro

I – INTRODUÇÃO

A. Palavra da Oficiala

Moradia digna é aquela onde se pode viver com dignidade, sem ameaça de remoção, servida de infraestrutura básica, como água, esgoto, energia elétrica, coleta de água de chuva e coleta de lixo, localizada em áreas com acesso à educação, à saúde, ao transporte público, ao lazer e a todos os outros benefícios da cidade.

Sônia Maria Andrade dos Santos

Os 10 princípios do Pacto Global?



Princípio 1 : Apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos.



Princípio 2: Não participar da violação dos direitos humanos.



Princípio 3: Respeitar e apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito a negociação coletiva.



Princípio 4: Apoiar a eliminação de toda forma de trabalho forçado ou compulsivo.



Princípio 5: Apoiar a erradicação efetiva do trabalho infantil.



Princípio 6: Eliminar a discriminação de qualquer natureza e práticas disciplinares abusivas.



Princípio 7: Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.



Princípio 8: Promover iniciativas de responsabilidade ambiental.



Princípio 9: Incentivar o desenvolvimento de tecnologias ambientalmente sustentáveis.



Princípio 10: Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Introdução

Foram verificados, após a implantação dos 10 princípios do Pacto Global, avanços no sentido institucional e social, envolvendo nosso comprometimento com causas sociais e ambientais, bem como as certificações de qualidade (Norma ISO 9001) e de responsabilidade social (Norma SA 8000), evidenciados por órgãos nacionais e internacionais.

Nossa Política da Responsabilidade Social

O 6º Ofício compromete-se em sua política em respeitar os direitos humanos e é o único cartório no mundo já certificado pela SA 8000 (norma internacional que regula a responsabilidade social) desde o ano de 2006.

POLÍTICA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL



O 6º Ofício de registro de títulos e documentos compromete-se a prestar serviços, assegurando os direitos dos empregados e, de maneira a demonstrar, através de seus processos, uma sólida ética profissional, aderência a todas as legislações aplicáveis e ao Padrão Internacional (PI) da SA 8000, a fim de proteger e habilitar todo o pessoal dentro do escopo de controle e influência do cartório e buscando solicitar os mesmos padrões de seus parceiros e restringindo o relacionamento comercial com qualquer entidade que não compartilhe destes valores primordiais.

O 6º Ofício compromete-se, ainda, a prestar serviços com absoluta consideração aos direitos humanos.



- Não utiliza e não apoia a utilização de mão-de-obra infantil (menores de 15 anos), salvo na condição de aprendiz;



- Não se envolve ou apoia a utilização de trabalho forçado;



- Não se utiliza ou apoia o tráfico humano;



- Garante um ambiente de trabalho saudável e seguro;



- Respeita o direito dos funcionários à liberdade de associação e à negociação coletiva;



- Não tolera discriminação de qualquer natureza e práticas disciplinares abusivas entre seus funcionários;



- Cumpre com rigor toda a legislação aplicável, em particular a CLT, as Normas Regulamentadoras, as Convenções e Recomendações Internacionais e ao Padrão Internacional (PI) da SA 8000, aplicando a disposição que for mais favorável aos trabalhadores, quando o PI e as demais legislações tratarem do mesmo tema;



- Incentiva a participação de seus funcionários, fornecedores, parceiros e clientes em programas de ação social, visando que cada um desses agentes motive o aumento e sucesso desses programas;



- Empenha todos os esforços para garantir a implantação, manutenção e divulgação dos compromissos assumidos, envolvendo as partes interessadas, visando melhorar continuamente o Sistema de Gestão da Responsabilidade Social;



- Mantém evidências em seus arquivos, que são periodicamente revisadas, a fim de comprovar o cumprimento da norma.

Princípio 1


“Apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos”.

🚩 Projeto: Registro de Documentos em Ação.

Foi dada continuidade ao trabalho no ano de 2009, efetuando registro de mais de 800 declarações de posse, sendo contempladas nesse ano as Comunidades do Complexo do Alemão, Canal do Anil e Ladeira dos Tabajaras, todas situadas no Rio de Janeiro.

A inserção deste cadastro para a formalidade como pré-requisito do processo de regularização fundiária se impõe por uma necessidade prática: a identificação desde logo das pessoas que serão tituladas na posse do imóvel, quando o projeto vier a ser registrado no Registro de Imóveis, de modo a espantar dúvidas ou incertezas, bem como evitando-se fraudes ou outros tipos de manipulação, se esses nomes forem mantidos clandestinamente, sem lhes dar publicidade e efeito contra terceiros.



Enviado por Felipe Sáes - 27.3.2010 | 8h17m 

Ong faz mutirão por registro de posse no Complexo do Alemão

O Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário fará daqui a pouco, das 9h às 15h, um mutirão pelo registro de posse para os moradores do Complexo do Alemão. A ação é realizada em parceria com a Defensoria Pública do Estado e com os seis Ofícios de Registro de Títulos e Documentos do Município do Rio de Janeiro.

Como tem tempo - e muito tempo - que as polícias Militar e Civil não visitam a comunidade, por conta do PAC, a ótima iniciativa poderá acontecer sem risco de ficar no meio de um confronto entre polícia e bandido...



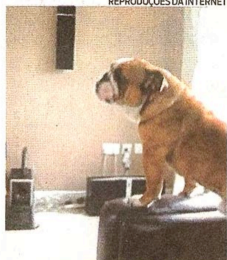
Cerca de 50 moradores da comunidade Canal do Anil foram cadastrados, no último sábado, para receberem o registro de posse gratuito. Ao todo, 260 famílias do local já foram registradas sem custos, num mutirão do Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário, com apoio da Defensoria Pública do Estado.

PELA WEB

CÃO IMITA ELEFANTE

Cães da raça inglesa bulldog chamam atenção pelas grandes bochechas e a cara de mau. Porém, eles são muito dóceis e ideais para quem mora em apartamento. No vídeo, um totó assiste a propaganda na qual o personagem principal é um elefante. O animal parece ter gostado...passou a imitar o paquiderme.

REPRODUÇÕES DA INTERNET



NUNCA TE ESQUECEREI

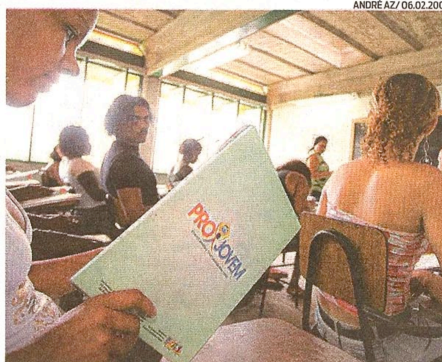
Na comunidade 'Eu nunca vou te esquecer', o importante é lembrar de pessoas que marcaram a sua vida e recordar os bons momentos que vocês tiveram juntos. Nos tópicos, os usuários contam suas histórias e lembranças. Lembra de alguém importante? Então, entre no grupo.

OLHO VIVO

JOVENS DE N. IGUAÇU

OPORTUNIDADES

■ Jovens entre 18 e 29 anos que buscam oportunidades de inserção no mercado de trabalho podem se inscrever no programa Projovem Trabalhador de Nova Iguaçu. Os selecionados receberão uma bolsa auxílio durante os cursos e poderão atuar em áreas como alimentação e construção civil. Inf.: projovembrabalhador@tompowsky.org.br, ou 0800 022 44 88.



ANDRÉ AZ/06.02.2007

CIDADE LIMPA

AÇÃO DA COMLURB

■ Hoje, a Comlurb celebra ação que divulga dados sobre o lixo público na cidade, às 15h, na Rua Humaitá, junto ao painel da CET-Rio. A empresa exibirá os locais que tiveram redução do lixo público e as áreas onde ainda há resíduos espalhados nas ruas, pelo www.comlurb.rio.rj.gov.br/lixometro, despertando a vontade dos cariocas de manter a cidade limpa.

TABAJARAS

REGISTRO DE POSSE

■ Amanhã, a comunidade da Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana, recebe mutirão promovido pelo Instituto Novo Brasil Pelo Carimbo Solidário, em parceria com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. A ação estará das 9h às 15h, na Sede da Associação de Moradores (Rua Real Grandeza 546, casa 33 B, Botafogo), com o serviço de registro de posse gratuito aos moradores do local.

CARNAVAL 2011

VAGAS NA MOCIDADE

■ A Mocidade Independente de Padre Miguel abriu inscrições para quem deseja desfilar nas alas da comunidade no Carnaval 2011, com o enredo 'Parábola dos Divinos Semeadores'. As inscrições são feitas nos ensaios aos sábados, na quadra, a partir das 22h. É necessário levar duas fotos 3x4, identidade e comprovante de residência. Custa R\$ 30.

Bombeiros	193
Emergência Médica	192
Defesa Civil	199
Disque Denúncia	2253-1177
Cedae	195
CEG	0800-24-0197
Light	0800-02-10-196
Telemar	10331
Telemar Informação	102
Ouvidoria Pública	3399-1199
Disque-Dengue	3523-4025
Procon	1512
IPTU	2503-2003
Disque-Poda	2204-9999
Tapa-Buracos	2589-1234
Agetransp	0800-285-9796

SITES ÚTEIS

Detran-RJ
www.detrans.rj.gov.br
Ouvidoria da prefeitura
www.rio.rj.gov.br/ouvidoria
Portal do cidadão
www.governo.rj.gov.br
Imposto de Renda
www.receita.fazenda.gov.br
102 On-line
www.via102.com.br
Previdência
www.previdenciasocial.gov.br
Correios
www.correios.com.br
Tribunal Eleitoral
www.tre-rj.gov.br

Participação em Ação Global da Rede Globo de Televisão

Em parceria com o Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário, o 6º Ofício participa de mais uma ação social em benefício das comunidades carentes do Rio de Janeiro.



Registro de posse gratuito

● Mais de 150 moradores da Cidade de Deus obtiveram o registro de posse de suas residências gratuitamente, no último sábado, graças a um mutirão promovido pelo Instituto Novo Brasil Pelo Carimbo Solidário, que faz parte do projeto Ação Global. Durante todo o dia, eles receberam assistência especializada sobre o processo burocrático. Desde o início do projeto, mais de quatro mil famílias já receberam títulos de posse.

Audiência Pública em Brasília

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realizou Audiência Pública, com o objetivo de discutir a remoção compulsória dos moradores dos assentamentos precários localizados no Estado do Rio de Janeiro em 05 de maio de 2010.

Tendo em vista a catástrofe que castigou o Estado do Rio de Janeiro e as medidas anunciadas para solucionar os problemas daí advindos foram convidados pra a audiência pública: a titular do 6º Ofício, o representante da Pastoral de Favelas, a representante da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e líderes das comunidades do Alto da Boa Vista, Complexo do Alemão e de Manguinhos, Morro dos Prazeres, Canal do Anil, Morro do Bumba e Rocinha.

JORNAL DO BRASIL



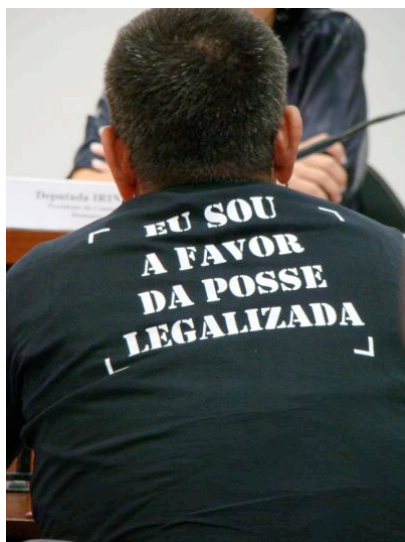
O DIA



NA CÂMARA, PROBLEMAS DO RIO

■ Problemas do Estado serão temas de audiências públicas hoje, na Câmara dos Deputados, em Brasília. Uma delas, na Comissão de Direitos Humanos, vai discutir a remoção de favelas; a outra, na Comissão de Fiscalização Financeira, irá analisar contratos de hospitais federais.

FOTOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA



Alguns links com matérias publicadas:

<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/CIDADES/147446-CARTORIO-DO-RIO-JA-FAZ-CADASTRO-SOCIAL-DE-COMUNIDADES-CARIOCAS.html>

<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/CIDADES/147480-TITULAR-DE-CARTORIO-DEFENDE-PROJETO-QUE-NORMATIZA-REGISTRO-DE-POSSE.html>

Medalha de Honra e Diploma por serviços prestados à Defensoria Pública

A titular do 6º Ofício recebeu em 27/12/2010 um diploma de Gratidão Institucional e uma Medalha Tributo Defensoria Pública



Projeto Registro de Documentos em Ação foi premiado

Com uma grande expectativa, um dos pontos fortes do IX Congresso Nacional de Defensores Públicos, ocorrido em Campo Grande (MS), entre os dias 16 e 19, foi a apresentação das Práticas Exitosas apresentadas por defensores de vários estados brasileiros. Foram 16 inscrições de práticas que tiveram como foco principal garantir uma melhor atuação das Defensorias Públicas em todo o Brasil.

Recebeu Menção Honrosa os projetos "Entrevista com o réu preso por videoconferência", realizado pelos Defensores Públicos de São Paulo, Priscila Simara Novaes, Rafael Rocha Paiva Cruz e Fabrício Bueno Viana; a "Ação Soldado da Borracha: A Defensoria Pública resgatando a história, promovendo os direitos humanos e a cidadania plena", desenvolvido pelo Defensor Público do Pará, Carlos Eduardo Barros da Silva; e o projeto "Registro de Declaração de Posse", dos Defensores do Rio de Janeiro, Adriana Britto, Alexandre Fabiano Mendes, Mara de Pontes e Roberta Fraenkel.

Projeto Registro de Documentos em Ação

Defensoria Pública: Rio de Janeiro-RJ

Site: <http://www.defensoria.rj.gov.br>

Descrição resumida

Idealizado pela oficiala do 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Sônia Maria Andrade dos Santos, que há mais de 4 anos registra declarações de posse gratuitamente, em parceria com o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. O projeto tem como objetivo principal levar cidadania às pessoas que moram em comunidades carentes.

Benefícios alcançados

- Quase 99,9% dos litígios são dirimidos junto aos defensores públicos;
- Cadastramento e mapeamento de toda as casas construídas em áreas informais (favelas);
- Após o registro da Declaração de Posse, há a facilitação da promoção das ações de usucapião e a própria regularização fundiária.

Tempo de funcionamento Desde o ano de 2006 o Projeto Registro de Documentos em Ação atua nas comunidades carentes do Município do Rio de Janeiro. A comunidade do Cantagalo foi a escolhida para a implantação do

projeto piloto no ano de 2006. Após sua estreia, o projeto já foi aplicado em várias comunidades: do Pavão-Pavãozinho, de Manguinhos e em todas as comunidades do Alto da Boa Vista (Açude, Biquinha, Fazenda e Furnas).

Atualmente, o projeto prioriza as comunidades do Complexo do Alemão e do Canal do Anil, ambas situadas no Rio de Janeiro.

Como a prática contribui para a rapidez e eficiência da Justiça?

- Litígios entre moradores e parentes são sanados a partir da intervenção com os defensores públicos, evitando assim processos judiciais.
- A retirada da documentação da informalidade para a formalidade;
- Criação de cadastro que possibilita a promoção de uma regularização fundiária.

Qual a principal inovação da prática?

Vivemos um período que os direitos humanos têm sido frequentemente violados, apesar da importância da habitação na vida de todas as pessoas. Sem um lugar adequado para se viver, é difícil manter principalmente o emprego, e a participação social fica impedida; e uma nação se faz digna e soberana quando a habitação está ao alcance de todos.

Processo de implementação da prática

Para a implementação da prática, são avaliados: a prioridade da comunidade pelo projeto - ou seja, comunidades com risco de remoção e organização da Associação de Moradores do local. A partir da escolha, a comunidade seleciona um grupo de trabalho para cadastrar os moradores interessados e convocar a comunidade para participar dos mutirões. Todas as pessoas que quiserem efetuar seu registro da Declaração de Posse deve apresentar a documentação necessária, com fotos das benfeitorias (opcional) e aguardar a confecção do documento, para que a mesma seja assinada pelos declarantes, testemunhas e defensor público. No próximo mutirão, o morador retira sua declaração de posse registrada.

Dificuldades encontradas

- Encontrar uma comunidade que tenha uma Associação de Moradores e que a mesma tenha cadastro de toda a comunidade;
- Voluntários para trabalhar no projeto;
- Local de fácil acesso na comunidade para a realização dos mutirões.

Fatores de sucesso da prática

- O Registro da Declaração de Posse de todas as famílias que quiserem ter o seu documento registrado no Cartório de Títulos e Documentos;
- A realização de ação conjunta dos moradores na obtenção do usucapião em prol da regularização fundiária;
- Moradores que não possuíam documentação, como por exemplo, certidão de nascimento de outro estado, ou certidão de casamento, a Defensoria Pública em conjunto com o Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário providenciaram a documentação, devolvendo a cidadania;
- Moradores que não se aposentavam por falta de documentação - certidão de nascimento foram beneficiados com o projeto em sua comunidade;

Observações

- a. O Projeto Registro de Posse é integralmente gratuito, sem quaisquer ônus para o morador, desde que necessitado, na forma da Lei Federal nº 1.060/50. Por tal razão, não concordamos com a prática de “supostos voluntários” que tentem angariar lucros com algum trabalho relativo ao projeto.
- b. O Projeto Registro de Documentos em Ação não possui qualquer vínculo com o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) ou com qualquer outro projeto ligado aos Governos Federal, Estadual ou Municipal.

Etapas de funcionamento da prática

Para a implementação da prática faz-se necessário que cada parceiro faça a sua parte na execução da prática:

I – A comissão de trabalho

Será formada por membros da comunidade com a finalidade de: a) Servir de elo entre os parceiros e a comunidade; b) Informar os documentos necessários para efetuar o registro da Declaração de Posse; c) Organizar uma listagem dos moradores interessados em efetivar o registro da Declaração de Posse, preferencialmente, por rua; d) Coordenar ou elaborar as plantas das casas, de forma que elas sejam um retrato fiel dos imóveis, principalmente, quanto às medidas; e) Eleger um espaço físico com mesas e cadeiras suficientes para acomodar os voluntários e os moradores que farão o registro da Declaração de Posse.

II – Os parceiros Defensoria Pública

Suas principais atribuições são: a) Esclarecer e solucionar os problemas jurídicos imediatos da comunidade; b) Garantir a gratuidade para a emissão dos títulos, baseada na Lei Federal nº 1.060 de 1950. Ofícios de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro São representados pela Associação de Registradores de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, a saber: 1º RTD, 2º RTD, 3º RTD, 4º RTD, 5º RTD e 6º RTD. Sua principal atribuição é: a) Realizar o registro da Declaração de Posse, baseado na Lei Federal nº 6.015 de 1973. Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário Instituição, sem fins lucrativos, que tem por objetivo: a) Congregar voluntários a fazer parte dos mutirões, de acordo com seus compromissos, para o desenvolvimento social da comunidade.

III – O morador

Cada morador deve: a) Providenciar toda a documentação exigida de acordo com seu estado civil (casado, solteiro, viúvo, separado ou divorciado), além dos documentos relativos à benfeitoria e à planta da casa; b) Agendar com a comissão de trabalho a sua participação no mutirão para a entrega dos documentos; c) Comparecer ao primeiro mutirão, assistir a palestra sobre o Projeto “Registro de Documentos” e fornecer seus dados pessoais; d) Informar o número de seu telefone para contato e entregar toda a documentação. Fotografias poderão ser anexadas e qualquer documento que comprove a construção da benfeitoria; e) Comparecer ao mutirão seguinte para assinar a documentação (declaração de posse, hipossuficiência, etc.); f) Depois de assinada, a Declaração de Posse será encaminhada à Central de Registro de Documentos (CERD), para que seja distribuída para um dos seis ofícios da Cidade

do Rio de Janeiro; g) Comparecer ao mutirão seguinte para a retirada da sua Declaração de Posse devidamente registrada.

Equipe de trabalho

Voluntários, defensores públicos e estagiários da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Equipamentos / Sistemas

- um notebook;
- uma copiadora;
- resmas de papel A4 branco;
- material de escritório: caneta, clips, cola, régua, post it, etc.
- estabilizador e adaptadores para a copiadora e o notebook.

Infraestrutura

Dentro da comunidade é disponibilizado um local com mesas e cadeiras para o atendimento dos moradores. Pode ser realizado no salão de festas de uma igreja, um clube ou espaço de fácil acesso que tenha na comunidade atendida.

Parcerias Os parceiros são do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro são: - Ofícios de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro que são representados pela Associação de Registradores de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, a saber: 1º RTD, 2º RTD, 3º RTD, 4º RTD, 5º RTD e 6º RTD. - Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário Orçamento

Todo material utilizado no projeto é emprestado ou doado pelo 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro.

Outros recursos

Autor da proposta Maria Lúcia de Pontes

Arrecadação para vítimas de desabamento do Morro do Bumba

Em parceria com o Instituto Novo Brasil, o 6º Ofício arrecadou de materiais de higiene pessoal e limpeza, toalhas, cobertores para as vítimas de desabamento do Morro do Bumba.



PRODUTO

QTD.

300	Sabonetes Nips
300	Creme dental Amy
300	Kits – shampoo/condicionador Sempre Bella
300	Cotonetes palinetes
300	Escova dental Amy
300	Absorvente sempre livre sem abas
300	Pentes
62	Jogos lençóis Fantasia casal - Santista
150	Cobertores Nebraska casal
150	Toalhas banho Teka
18	Pcts. Fraldas looney tunes – G com 36
5	Pcts. Fraldas looney tunes – P com 42
5	Pcts. Fraldas Drysec – M com 74
5	Pcts. Fraldas looney tunes – XG com 28
20	Sabão Rio pedra 5x200 gr
20	Cloro liquido 5 lts
20	Desinfetante Limpadua floral 5 lts
20	Lava roupas pó Blue UP 5 kg (sabão em pó)

Local de entrega das doações: 3º BI – Rua Drº Porciuncula, nº 395 – Venda da Cruz – São Gonçalo – Rio de Janeiro.

Gincana Solidária

Os funcionários do 6º Ofício participaram de Outubro a Dezembro de 2010 de uma Gincana Solidária arrecadando material de higiene pessoal, limpeza e leite em pó. A entrega foi realizada nas seguintes instituições: Casa Maria de Magdala, Amparo Thereza Christina, Hospital Mário Kroeff e Casa de N. S. do Desterro e S. Antônio (Creche).

<i>Equipe Lilás</i>	
Leite em pó	441
Achocolatado	20
Farinha Lactea	2
Cremogema	6
Fraldas Geriátricas	40
Creme Dental	40
Sabonetes	153
Fraldas Infantis	28
Bolachas	7
Escovas de dentes	61
Papel Higienico	4
Pact de Sabão em barra	1
Detergentes	2
Veja	1
Sapólio	1
Esponja de aço	1
Esponja abrasiva	1
Lava louça barra	1
Pct de algodão	1

<i>Equipe Verde</i>	
Leite empó	36280
Achocolatado	20580
Farinha Láctea	3920
Cremogema	2180
Fraldas geriátricas	3950
Creme dental	594
Escovas dental	196
Fio dental	6
Shampoo	4
Condicionador	4
Sabonetes	988
Papel higiênico	3
Fraldas infantil	200

Princípio 2:

“Assegurar-se da não participação das violações dos direitos humanos”.

Alguns convênios foram firmados com órgãos que primam pela não violação dos direitos humanos, a saber: **Convênio com a Defensoria Pública e Comissão de Direitos Humanos da Defensoria Pública.**

Calendários Institucionais

O 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, pioneiro na defesa dos direitos humanos e civis dos cidadãos, apresenta a sua 6ª edição do calendário em homenagem a todas as vítimas que perderam suas casas e seus familiares nos desabamentos dos morros cariocas ocorridos no ano

de 2010. A moradia digna deve vir com um novo modelo de desenvolvimento sustentável das cidades com direito a saneamento, transporte, saúde, educação, segurança e lazer.

Cartório Socialmente Responsável



Introdução

Dados da ONU mostram que no Brasil, mais de 52 milhões de pessoas vivem em assentamentos precários ou em favelas. O Comitê das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, prevê que, em menos de 15 anos, haverá mais de 140 milhões de pessoas vivendo em péssimas condições em toda a América Latina. A Constituição Brasileira reconhece a moradia como um direito social da cidadã, contudo, o crescimento desordenado de favelas, as construções em área de risco e o aumento da população de rua traçam um novo perfil, que este direito não está garantido.

O direito a uma moradia digna e segura pede um novo modelo de desenvolvimento sustentável das cidades com direito a saneamento, transporte, saúde, educação, segurança e lazer.

Elaboração: Sônia Maria Andrade dos Santos | Projeto Gráfico: PRIMACONTA
Ilustrações: Amorim | Revisão: Nádia Maria Andrade dos Santos



Homenagem

Moradia digna é aquela onde se pode viver com dignidade, sem ameaça de remoção, servida de infraestrutura básica, como água, esgoto, energia elétrica, coleta de água de chuva e coleta de lixo, localizada em áreas com acesso à educação, à saúde, ao transporte público, ao lazer e a todos os outros benefícios da cidade.

O 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, pioneiro na defesa dos direitos humanos e civis dos cidadãos, apresenta a sua 6ª edição do calendário em homenagem a todas as vítimas que perderam suas casas e seus familiares nos desabamentos dos mortos ocorridos no ano de 2010.

6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos

O cartório socialmente responsável

2011

D	S	T	Q	Q	S	S
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

D	S	T	Q	Q	S	S
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28					

D	S	T	Q	Q	S	S
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

D	S	T	Q	Q	S	S
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

D	S	T	Q	Q	S	S
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				



D	S	T	Q	Q	S	S
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

1. MORADIA EM CONSTRUÇÃO:
RESPEITO AO VIZINHO



D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28

2. MORADIA EM CONSTRUÇÃO:
INFRAESTRUTURA



D	S	T	Q	Q	S	S
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

3. MORADIA EM CONSTRUÇÃO:
SEGURANÇA



D	S	T	Q	Q	S	S
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

4. MORADIA EM CONSTRUÇÃO:
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

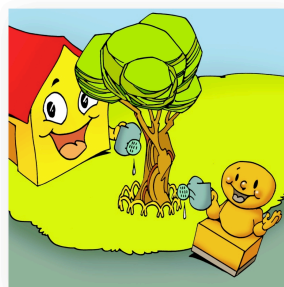


2011

Maio

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

5. MORADIA EM CONSTRUÇÃO:
COMPROMISSO SOCIAL

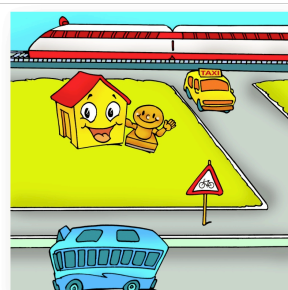


2011

Junho

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

6. MORADIA EM CONSTRUÇÃO:
AMBIENTE SUSTENTÁVEL



2011

Julho

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

7. MORADIA EM CONSTRUÇÃO:
DIREITO DE IR E VIR



2011

Agosto

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

8. MORADIA EM CONSTRUÇÃO:
DIREITO FUNDAMENTAL



2011

Setembro

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

9. MORADIA EM CONSTRUÇÃO:
RESPONSABILIDADE DO ESTADO



2011

Outubro

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

10. MORADIA EM CONSTRUÇÃO:
IGUALDADE



2011

Novembro

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

11. MORADIA EM CONSTRUÇÃO:
REGISTRO PÚBLICO



2011

Dezembro

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

12. MORADIA EM CONSTRUÇÃO:
JUSTIÇA

Guia da Moradia Digna

6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos - (21) 2233-7878
Central de Registro de Documentos (CERD) - (21) 3852-6641
Comissão de Direitos Humanos e Minorias - (61) 3216-6570
Comlurb - (21) 2204-9999
Defensoria Pública do Estado do RJ - Núcleo de Terras - (21) 2332-8264 / (21) 2332-9517
Defesa Civil - 199
Disque Dengue - 0800 02 19191
Disque Denúncia - (21) 2553-1177
Disque Luz - (21) 2599-4739
Disque Sinal - (21) 2599-4740
Disque Saúde - 0800 61 1997
Disque Justiça - (21) 2533-7495
Fundação para a Infância e Adolescência (FIA) - (21) 2334-8012 | 2334-8030
Fundação Parques e Jardins - (21) 2224-8088
Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário - (21) 3474-6553
ONG Doe Seu Lixo - (21) 3287-3169
Patrulha Ambiental - (21) 2498-1001
Telebranco - (21) 2599-4741
Un-Habitat (ONU) - (21) 3235-8550

2012

Janeiro	Fevereiro	Março
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31
Abril	Maio	Junho
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
Julho	Agosto	Setembro
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30
Outubro	Novembro	Dezembro
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31

Princípio 3:

“Respeitar e apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito a negociação coletiva”.

O 6º Ofício apóia o Princípio 3 do Pacto Global através de sua política da responsabilidade social, sendo auditado semestralmente por uma empresa certificadora (BVQI), que dentre outros assuntos, verifica se o cartório respeita e apóia a liberdade de associação e negociação coletiva dos seus empregados. O 6º Ofício foi re-certificado em novembro de 2009, tendo o certificado validado até 22/04/2012.

Princípio 4:

“Apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsivo”.

O 6º Ofício apóia a eliminação do trabalho forçado e segue a legislação vigente, comprometendo-se em não aplicar uma jornada de trabalho superior a 44 horas semanais e sendo permitido no máximo 12 horas extras semanais remuneradas, garantindo ainda no mínimo um dia de descanso nesse período. É auditado semestralmente por uma empresa certificadora (BVQI), que dentre outros assuntos, verifica que o cartório não apóia o trabalho forçado ou compulsivo.

Princípio 5:

“Apoiar a erradicação efetiva do trabalho infantil”.

O 6º Ofício apóia a erradicação do trabalho infantil e solicita de seus fornecedores o mesmo padrão, restringindo o relacionamento comercial com qualquer entidade que não compartilhe deste valor. Efetua visitas técnicas em seus fornecedores para saber se há trabalho infantil em suas dependências.

Princípio 6:

“Eliminar a discriminação de qualquer natureza e práticas disciplinares abusivas”.

O 6º Ofício apóia a eliminação de quaisquer práticas discriminatórias e práticas disciplinares abusivas. Em suas auditorias externas, o auditor realiza reuniões individuais e reservadas com os funcionários visando o sigilo absoluto no caso de alguma constatação com relação ao descumprimento deste princípio.

Parcerias

Trabalha em parceria com ONG's como o **Grupo Pela Vidda**, que dentre outros princípios, mantém a luta constante contra toda e qualquer discriminação e/ou preconceito contra as pessoas com AIDS, seus familiares, amigos e companheiros.

Parceria com o **Grupo Arco-Íris** que foi criado em resposta a epidemia de AIDS e a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, o Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT foi oficialmente fundado em 21 de maio de

1993, na Cidade do Rio de Janeiro. Organização não governamental que tem como missão atuar como referência na promoção da auto-estima e cidadania de LGBT, visando à transformação da sociedade por meio de ações de desenvolvimento organizacional, gestão do conhecimento, mobilização comunitária e defesa dos direitos humanos, para o exercício da livre orientação sexual e identidade de gênero.

Natal sem Preconceito

O 6º Ofício, em parceria com o Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário, apadrinhou e arrecadou leite em pó, roupas e brinquedos para as oitenta crianças que fazem tratamento de câncer no Hospital Mário Kröeff, na Penha Circular, Rio de Janeiro e para as crianças da Casa Maria de Magdala – instituição sem fins lucrativos que cuida de treze crianças e três adultos portadores do vírus HIV no Sapê, Niterói.

FOTOS DA ENTREGA DOS KITS



Princípio 7:

“Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais”.

 **A papelaria do 6º Ofício é toda feita em papel 100% reciclado.**

Princípio 8:

“Promover iniciativas de responsabilidade ambiental”.

ONG Doe seu Lixo

O 6º Ofício realiza uma parceria com a *ONG Doe seu Lixo*, doando papéis e plásticos para serem reciclados. Tal ONG emprega, através de sua cooperativa, trabalhadores que tiravam seu sustento dos lixões e que hoje possuem uma renda formal.

Cartuchos

O 6º Ofício vende seus cartuchos e o dinheiro arrecadado é doado para o Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário que ajuda instituições voltadas para a velhice desamparada, crianças com o vírus HIV e crianças com câncer.

Pilhas

O 6º Ofício incentiva seus funcionários a efetuarem doações de pilhas no Banco Real.

Princípio 9:

“Incentivar o desenvolvimento de tecnologias ambientalmente sustentáveis”.

 **Utilização de lixeiras para papel, plástico, alumínio e vidro.**

Princípio 10:

“Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina”.

Fiscalização

O 6º Ofício, em parceria com a Defensoria Pública, no projeto Registro de Documentos em Ação, incentiva a sociedade a fiscalizar a atuação do governo no PAC – Plano de Aceleração do Crescimento.

III. CONCLUSÃO

Dados da ONU mostram que no Brasil, mais de 52 milhões de pessoas vivem em assentamentos precários ou em favelas. O Comitê das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, prevê que, em menos de 15 anos, haverá mais de 160 milhões de pessoas vivendo em péssimas condições em toda a América Latina. A Constituição Brasileira reconhece a moradia como um direito social do cidadão, contudo, o crescimento desordenado de favelas, as construções em área de risco

e o aumento da população de rua traçam um novo perfil, que este direito não está garantido.

O direito a uma moradia digna e segura pede um novo modelo de desenvolvimento sustentável das cidades com direito a saneamento, transporte, saúde, educação e lazer.

Renovo meu compromisso contínuo com os princípios do Pacto Global.

Sônia Maria Andrade dos Santos
Oficiala